Demonstrações financeiras

Águas da Condessa S.A.

31 de dezembro de 2024 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 8° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Águas de Condessa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Condessa S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.064	15.930
Contas a receber de clientes	7	5.054	5.134
Estoques		804	68
Despesas antecipadas		70	68
Créditos com partes relacionadas	16	10	16
Tributos a recuperar		1	141
Outros ativos		574	1.140
	•	17.577	22.497
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	601	257
Depósitos judiciais		682	501
Tributos a recuperar		2	-
Ativo de direito de uso		24	-
Imobilizado	9	391	473
Ativo de contrato	10	30.761	12.658
Intangível	11	21.080	14.772
•		53.541	28.661
Total do ativo	•	71.118	51.158

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		3.437	221
Empréstimos e financiamentos	12	834	26.031
Passivos de arrendamento		26	-
Obrigações tributárias	13	312	264
Obrigações trabalhistas		579	558
Obrigações com acionistas	16	797	-
Ônus da concessão		31	30
Débitos com partes relacionadas	16	158	123
Outras obrigações		377	351
		6.551	27.578
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	56.935	18.940
Provisões para contingências	15	64	76
	•	56.999	19.016
Patrimônio líquido	17		
Capital social		5.010	5.010
Lucro acumulado		2.558	(446)
		7.568	4.564
Total passivo e patrimônio líquido		71.118	51.158

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida Custo dos serviços prestados	18 19	48.548 (34.875)	25.683 (14.247)
Lucro bruto		13.673	11.436
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(6.764)	(7.093)
Outras receitas operacionais		106	15
		(6.658)	(7.078)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		7.015	4.358
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	1.718	1.367
Despesas financeiras	21	(4.225)	(4.491)
·		(2.507)	(3.124)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		4.508	1.234
Imposto de renda e contribuição social - correntes	14a	(707)	(56)
Lucro líquido do exercício		3.801	1.178

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	3.801	1.178
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.801	1.178

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros			Lucros	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	(prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023						
	5.010	-	-	-	(1.624)	3.386
Aumento de capital						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.178	1.178
					(112)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.010	-	-	-	(446)	4.564
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.801	3.801
Proposta de destinação do resultado do exercício:		400			(400)	
Reserva legal	-	168	-	-	(168)	-
Reserva de investimentos	-	-	119	-	(119)	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(797)	(797)
Retenção de lucros	-	-	-	2.271	(2.271)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.010	168	119	2.271	-	7.568

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

_	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:	4.508	1.234
Depreciação e amortização Juros sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos e amortização	830	570
de custos de transação	3.838	4.055
Atualização monetária das contingências	8	(8)
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	261	401
Reversão de contingências	(20)	(254)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(12)	-
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(181)	(1.248)
Estoques	(736)	25
Depósitos judiciais	(181)	(174)
Tributos a recuperar	(167)	(91)
Despesas antecipadas	(2)	(40)
Outros ativos	566	(1.133)
Aplicações financeiras vinculadas	(344)	(257)
Fornecedores	3.222	(136)
Obrigações tributárias	22	61
Obrigações trabalhistas	21	56
Ônus da concessão	1 41	3
Partes relacionadas, líquidas		56
Outras obrigações	26 11.701	119 3.239
	11.701	3.239
Imposto de renda e contribuição social pagos	(376)	(9)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.732)	(4.160)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(6)	- (2.2.2)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	6.587	(930)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(35)	(75)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(23.045)	(6.219)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	37	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(23.043)	(6.294)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	11.618	18.755
Pagamento dos arrendamentos	(28)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	11.590	18.755
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa	(4.866)	11.531
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.930	4.399
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.064	15.930

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas da Condessa S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Praça Garcia nº 58, sala 213, Centro, Município de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre o Município de Paraíba do Sul (Concedente) e a Águas da Condessa S.A. (Concessionária), vencedora do Processo Licitatório nº 001/2020 que deu origem ao contrato de nº 070/2020, de 09 de junho de 2020, com vigência de 35 anos, a partir da data da efetiva assunção dos sistemas de tratamento e distribuição de água e de esgotamento sanitário e, por conseguinte, dos serviços deles inerentes, ocorrida em 08 de dezembro de 2020.

Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão.

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, paga ao Poder Concedente, no valor de R\$ 10.000, e também de pagamento de taxa de regulação e fiscalização, correspondente a 1,0% sobre o valor efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês imediatamente anterior, pagos à Secretaria Municipal de Governo, em atendimento ao Decreto Municipal nº 1.802 de 03 de janeiro de 2020.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Paraíba do Sul sem contrapartida financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseandose no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Ônus da concessão

Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 10), pago no início da concessão.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%.

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.10. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros de empréstimos e financiamentos, juros de mútuo, juros sobre arrendamentos, atualização monetária das contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis.

A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Concessionária.

Alterações ao CPC 18: a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras, visto que a Concessionária não possui investimentos.

Alterações ao CPC 02: as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber

A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

		Hierarquia	;	31/12/2024		31/12/2023
	Classificação por categoria	do valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros	'					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado Valor justo por meio do	Nível 2	11.024	11.024	15.863	15.863
Aplicações financeiras vinculadas	resultado	Nível 2	601	601	257	257
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	5.054	5.054	5.134	5.134
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	10	10	16	16
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	3.437	3.437	221	221
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	57.769	57.769	44.971	44.971
Passivos de arrendamento	Custo amortizado		26	26	-	-
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	31	31	30	30
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	158	158	123	123

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2. Risco de mercado--Continuação

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo Equivalentes de caixa Aplicações financeiras vinculadas	CDI CDI	11.024 601	12.664 690	12.254 668	13.074 713
Passivo Empréstimos e financiamentos Empréstimos e financiamentos	CDI IPCA	(25.842) (32.436)	(29.687) (34.077)	(28.726) (33.669)	(30.649) (34.489)
Passivo líquido		(46.653)	(50.410)	(49.473)	(51.351)
Efeito líquido			(3.757)	(2.820)	(4.698)
CDI (a.a.) IPCA (a.a.)			14,88% 5,06%		

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	3.437	3.437	-	-
Empréstimos e financiamentos	58.279	858	12.619	44.802
Passivo de arrendamento	26	26	-	-
Ônus da concessão	31	31	-	-
Débitos com partes relacionadas	158	158	-	-
	61.931	4.510	12.619	44.802

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Risco de liquidez--Continuação

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	221	221	-	-
Empréstimos e financiamentos	45.505	26.050	-	19.455
Ônus da concessão	30	30	-	-
Débitos com partes relacionadas	123	123	-	-
	45.879	26.424	-	19.455

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	57.769	44.971
Passivo de arrendamento (Nota 12)	26	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(11.064)	(15.930)
Dívida líquida (a)	46.731	29.041
Total do patrimônio líquido (b)	7.568	4.564
Total do capital (a+b)	54.299	33.605
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	86,06%	86,42%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	40	67
Aplicações financeiras	11.024	15.863
	11.064	15.930

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 101,30% do CDI (100,70% em 2023).

7. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados.

As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	6.255	5.964
Clientes - parcelamento (b)	904	1.035
Pontos arrecadadores (c)	126	105
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(2.231)	(1.970)
	5.054	5.134

- (a) Representa o saldo de contas emitidas, além dos valores ainda não faturados (ajuste por Competência).
- (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.
- (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	2.409	2.651
Não faturado	1.447	1.241
Vencidas		
Até 30 dias	723	689
De 31 a 60 dias	270	275
De 61 a 90 dias	121	157
De 91 a 180 dias	245	317
Mais de 180 dias	2.070	1.774
	7.285	7.104

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(1.970)	(1.569)
(+) Adições	(1.144)	(1.335)
(-)Reversões	883	934
Saldo final	(2.231)	(1.970)

8. Aplicações financeiras vinculadas

O montante de R\$ 601 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 257 em 2023) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas da Condessa S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em atendimento às obrigações definidas no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Outras Avenças" em dezembro de 2022.

9. Imobilizado

	_		31/12/2024		31/12/2023
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	20%	5	(1)	4	3
Equipamentos de informática	20%	337	(202)	135	183
Veículos	20%	102	(55)	47	68
Móveis e utensílios	10%	284	(79)	205	219
	_	728	(337)	391	473

Movimentação do imobilizado

	Saldos em					Saldos em
	31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	3	1	-	-	-	4
Equipamentos de informática	183	21	(65)	(13)	9	135
Veículos	68	-	(21)	-	-	47
Móveis e utensílios	219	13	(27)	-	-	205
	473	35	(113)	(13)	9	391

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	3	-	-	3
Equipamentos de informática	201	41	(59)	183
Veículos	88	-	(20)	68
Móveis e utensílios	211	34	(26)	219
	503	75	(105)	473

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	12.658	25.089	(6.977)	(9)	30.761
	12.658	25.089	(6.977)	(9)	30.761
Infra cetrutura em conetrueão	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2023	
Infraestrutura em construção	10.972	6.573	(4.887)	12.658	
	10.972	6.573	(4.887)	12.658	

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 2.080 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa média ponderada de 13,03% a.a. (R\$ 392 e 12,45% a.a. em 2023).

11. Intangível

			31/12/2024		31/12/2023
	Taxa de amortização		Amortização	Valor	Valor
	anual	Custo	acumulada	líquido	líquido
Softwares e aplicativos	20%	28	(19)	9	15
Outorga	2,87%	10.000	(1.148)	8.852	9.139
Concessão/Infraestrutura		12.883	(664)	12.219	5.618
		22.911	(1.831)	21.080	14.772

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

		31/12/2024		31/12/2023
	'	Amortização	Valor	Valor
	Custo	acumulada	líquido	líquido
Captação	678	(27)	651	262
Adutoras	246	(5)	241	-
ETA - Estação de Tratamento de Água	922	(10)	912	-
Reservatório	325	(5)	320	-
Booster	475	(18)	457	224
Substituição/expansão de rede de água	7.476	(281)	7.195	3.928
Ligação de água	1.292	(58)	1.234	668
Benfeitorias e imóveis de terceiros	238	(5)	233	-
Máquinas e equipamentos	1.231	(255)	976	536
	12.883	(664)	12.219	5.618

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	15	-	(6)	-	-	9
Outorga	9.139	-	(28 7)	-	-	8.852
Concessão/Infraestrutura	5.618	36	(395)	(17)	6.977	12.219
	14.772	36	(688)	(17)	6.977	21.080

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	21	-	(6)	-	15
Outorga	9.426	-	(287)	-	9.139
Concessão/Infraestrutura	865	38	(172)	4.887	5.618
	10.312	38	(465)	4.887	14.772

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2024	31/12/2023
FINEM (a) Capital de giro (b) (-) Custos de transação	IPCA CDI	7,21% e 7,63% a.a. 1,25% e 1,30% a.a.	32.436 25.842 (509)	19.588 25.917 (534)
Total de empréstimos e financiamentos		_	57.769	44.971
Circulante Não circulante			834 56.935	26.031 18.940
Arrendamentos Arrendamento direto de uso			26	-
Circulante Não circulante			26	-
Endividamento total - Circulante Endividamento total - Não Circulante			860 56.935	26.031 18.940

(a) A linha de crédito FINEM foi obtida em 2022 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com R\$ 53.383 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 48 (quarenta e oito) meses, para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2052.

Esta operação tem como objetivo a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, modernização e expansão do Sistemas de Abastecimento de Água, melhorias operacionais visando redução de perdas e outros investimentos no Município de Paraíba do Sul e possui como garantia cessão fiduciária de direitos creditórios, conta reserva e Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora) como interveniente garantidor.

(b) Em junho de 2021 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 13.249, tendo o aval da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como garantia. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 11 (onze) meses para amortização do principal, com pagamento de juros semestrais, com vencimento final para junho de 2027.

Em agosto de 2022 a Concessionária captou R\$ 12.000 de capital de giro, com vencimento para fevereiro de 2023.O contrato foi aditado e o término ocorreu em fevereiro. Nesta data, a Concessionária renegociou este contrato com outra instituição financeira, tendo o aval da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como garantia, com pagamento de juros semestrais, com vencimento para fevereiro de 2026.

Covenants

Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	44.971	25.929
Captações	11.618	19.300
Custo de transação	-	(545)
Juros e encargos financeiros	5.887	4.391
Amortização dos custos de transação	25	56
Amortização de juros	(4.732)	(4.160)
Saldo final	57.769	44.971
Passivos de arrendamento	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-	-
Adições	54	-
Juros e encargos financeiros	6	-
Amortização de principal	(28)	-
Amortização de juros	(6)	-
Saldo final ,	26	-

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

		Empréstimos e financiamentos				
		31/12/2024		31/12/2023		
		Custos de	Total		Total	
	Dívida	transação	líquido	Dívida	transação	líquido
2025	-	-	-	-	(18)	(18)
2026	12.103	(25)	12.078	62	(18)	44
2027	14.486	(25)	14.461	748	(18)	730
Após 2027	30.831	(435)	30.396	18.645	(461)	18.184
	57.420	(485)	56.935	19.455	(515)	18.940

13. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS/CSLL retidos	12	14
ISS	44	6
IRRF	15	27
PIS	29	30
COFINS	139	141
IRPJ	47	34
CSLL	26	12
	312	264

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da taxa efetiva

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.508	1.234
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(1.533)	(419)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes	(1)	-
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	788	302
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	-	35
Incentivo empresa cidada (Lei nº 11.770/08	2	1
Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 3.000/99)	13	1
Total do imposto de renda e da contribuição social	(707)	(56)
Alíquota efetiva	15,7%	4,5%

15. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	64	76
	64	76

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	3.163	1.587
Trabalhistas	59	60
	3.222	1.647

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências--Continuação

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 1.127 (R\$438 em 2023) (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 65 (R\$ 12 em 2023); (iii) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 549 (R\$ 319 em 2023); (iv) serviços comerciais, totalizando R\$ 753 (R\$ 316 em 2023); (v) responsabilidade civil, totalizando R\$ 285 (R\$249 em 2023) e (vi) cobrança, totalizando R\$ 384 (R\$ 161 em 2023).

16. Partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante: Créditos com partes relacionadas (a) Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	10	16
Passivo circulante: Obrigações com acionistas Dividendos a pagar		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	797	-
Débitos com partes relacionadas (a) Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	158	123
Soluções Ambientais Aguas do Brasil Etda.	955	123
Resultado com partes relacionadas Custos	31/12/2024	31/12/2023
Análises laboratoriais Águas do Imperador S.A.	(61)	(55)
Despesas Contrato de gestão (Mangement Fee) (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(1.190)	(984)
Total resultado com partes relacionadas	(1.251)	(1.039)

⁽a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. no montante de R\$ 5.010 em 31 de dezembro de 2024 e 2023) está representado por 5.010.000 (cinco milhões e dez mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

d) Dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 21 do Estatuto Social.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	3.801	1.178
Prejuízo acumulado	(446)	(1.624)
Constituição da reserva legal - 5%	(168)	-
Base de cálculo dos dividendos	3.187	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	797	-

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	26.235	23.212
Receita de construção	26.105	5.832
Cancelamentos	(310)	(189)
	52.030	28.855
Deduções da receita bruta		
PIS e COFINS sobre serviços	(2.289)	(2.023)
Descontos concedidos	(1.193)	(1.149)
Receita líquida	48.548	25.683

19. Custo dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(187)	(153)
Ônus da concessão	(356)	(308)
Energia elétrica	(1.854)	(2.148)
Custo de construção	(26.105)	(5.832)
Materiais aplicados nos serviços	(1.194)	(1.104)
Salários e benefícios a empregados	(2.654)	(2.639)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(484)	(385)
Serviços de terceiros	(1.372)	(1.107)
Depreciações e amortizações	(651)	(451)
Outros custos	(18)	(120)
	(34.875)	(14.247)

20. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e benefícios a empregados	(2.672)	(3.321)
Utilização de imóveis e telefonia	(213)	(78)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(183)	(181)
Serviços de terceiros	(2.569)	(2.443)
Despesas com contencioso	(80)	(49)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(15)	(8)
Depreciações e amortizações	(138)	(104)
Provisão de perdas esperadas de créditos das contas a receber	(261)	(401)
Reversão de contingências	20	254
Outras despesas	(653)	(762)
	(6.764)	(7.093)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras Rendimento com aplicações financeiras PIS e COFINS sobre receitas financeiras Juros e multas vinculadas à operação Variação monetária sobre outros ativos	1.315 (84) 480 7 1.718	952 (66) 475 6 1.367
Despesas financeiras Juros com empréstimos e financiamentos Juros de arrendamentos Atualização monetária das contingências Tributos sobre operações financeiras Descontos concedidos Outras despesas financeiras	(3.807) (6) (8) (222) (88) (94) (4.225)	(3.999) - 8 (221) (154) (125) (4.491)
Resultado financeiro	(2.507)	(3.124)

22. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Descrição do seguro	Vigência das apólices	Cobertura
D&O - RC Administradores	27/10/2024 a 27/10/2025	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2024 a 31/12/2025	132.878
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	75.000
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	5.000
Garantia de concessão	08/12/2024 a 08/12/2025	801
Veículos	17/10/2024 a 17/10/2025	100

23. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição direito de uso	54	-
Juros capitalizados	2.080	392